

Assembleia Geral Extraordinária para deflagração da greve**25/11 - Sede do Sinjufego - às 18h30 (1ª convocação) - 19h30 (2ª convocação)****Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
para deliberar sobre a deflagração de greve**

O Presidente do Sinjufego – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás, com fundamento no artigo 19, “e”, do estatuto da entidade, convoca os sindicalizados para a assembleia geral extraordinária que será realizada no dia 25/11/2010, às 18h30min, em primeira convocação, e às 19h30min, em segunda convocação, na sede do sindicato (Rua 115, Quadra F-36, Lote 86, Setor Sul, Goiânia-GO), para deliberar sobre a deflagração de greve.

Goiânia, 17 de novembro de 2010.

João Batista Moraes Vieira
Presidente

**Diretoria do Sinjufego reúne-se com o Diretor do Foro da Seção
Judiciária de Goiás**

Presidente do Sinjufego entrega ao diretor da JF ofício com reivindicações

O Sinjufego se reuniu na semana passada, dia 9 de novembro, com o Juiz Federal, Dr. Carlos Augusto Tôrres Nobre e com o Supervisor da Seção de Benefícios Sociais (SEBES), Luiz Alberto, para discutir as mudanças ocorridas no plano de saúde dos servidores da Justiça Federal de Goiás. De acordo com Luiz Alberto, houve migração para a Unimed Norte/Nordeste, porque vários fatores criaram um impasse na renovação do contrato com a Unimed Centro-Oeste. Ele afirmou que todos os benefícios foram mantidos, exceto a UTI móvel, que ainda será objeto

de negociação com a Unimed Norte / Nordeste. Será feita uma cartilha para explicar todas as mudanças no plano.

O presidente do sindicato, João Batista, manifestou a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, “essa é a grande apreensão dos filiados”, frisou. O Sindicato reiterou a necessidade de se criar uma cartilha explicativa com orientações ao beneficiário, bem como nota informativa sobre os motivos da alteração do plano.

PCS 4

O presidente do Sinjufego, João Batista, reiterou ao Diretor do Foro o pedido de apoio à aprovação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal, explicando ao Diretor que se caso haja necessidade de deflagração de um movimento grevista para a finalização de um acordo entre o Executivo e o Judiciário, que a autoridade

compreenda. “Tudo que resultar em melhoria salarial para a categoria, os Juízes Federais não devem criar obstáculos”, afirmou o Diretor do Foro.

Juros do reenquadramento

Foi entregue ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Goiás o ofício nº 142. O documento solicita ao Juiz Federal informações sobre o pagamento dos juros do reenquadramento, tais como:

- Se há cronograma de pagamento desse crédito, havendo pede que sejam informadas as datas para o devido esclarecimento a categoria;
- Em não havendo cronograma de pagamento, informar se há cronograma de destinação de verba à Seção Judiciária do Estado de Goiás para pagamento desses créditos aos servidores;
- Ainda, não havendo dados para prestação das informações por parte dessa Seção Judiciária, re-

quer que este seja encaminhado ao E. Tribunal para os devidos esclarecimentos sobre o assunto;

No dia 19 de fevereiro de 2010, foi veiculado na página oficial do CJF a decisão de que: “Os servidores beneficiados pelo reenquadramento previsto no artigo 22 da Lei 11.416/2006 têm direito ao pagamento, pela via administrativa, dos juros de mora a partir do 31º dia de vigência da lei, no percentual de 0,5% até 29 de junho 1997, enquanto válida a redação original do artigo 1º-F da Lei 9.464/97. A partir da Lei n. 11.960/2009, os juros mo-

ratórios passaram a ser calculados com base na remuneração aplicada à caderneta de poupança. Foi o que decidiu, por unanimidade, o Conselho da Justiça Federal (CJF) na sessão de 10 de fevereiro.”

Novo prédio para a JF

De acordo com o Diretor do Foro, o prédio da JF de Goiás é muito bom, porém ele já está pequeno para acomodar os servidores. “A Justiça Federal em Goiás está estagnada, irei buscar apoio com o prefeito para conseguir um

novo prédio para uma nova sede e convido o sindicato a estar empenhado nesta luta”, afirmou o Diretor. O Sinjufego aceitou prontamente o convite, solicitando ao Diretor do Foro a sua agenda de visitas políticas para que o sindicato esteja presente nos encontros.

Além do presidente do Sinjufego, João Batista, estiveram presentes no encontro o vice-presidente, Celso Vieira, o diretor de finanças, Rodrigo Marcos Rosa, o suplente da diretoria, Gilvani Ferraz Torres e o membro do conselho fiscal da entidade, Sebastião França Júnior.

Sinjufego solicita liberação de verba suplementar para o TRT e apoio ao PCS no TST

O Sinjufego teve audiência, no dia 10 de novembro, com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França, para solicitar verba suplementar, no final deste ano, para o pagamento retroativo do auxílio-saúde aos servidores do TRT 18ª Região. O Ministro afirmou que existe a possibilidade da liberação e talvez ocorra em novembro. O presidente do sindicato, João Batista, também requereu a extensão do valor de R\$ 730,00 do auxílio-alimentação para toda a Justiça Trabalhista de 1ª e 2ª instâncias.

O presidente do sindicato, João Batista, reiterou o pedido de apoio ao presidente do TST pela aprovação do Plano de Cargos e Salários do Judiciário Federal. De acordo com o Ministro, toda a assessoria parlamentar do Tribunal está empenhada em buscar apoios pela aprovação do PCS 4. “Entendo que é necessária a aprovação de melhorias salariais e de carreira para esses servidores que garantem os direitos da sociedade”, afirmou o presidente.

Foi entregue para o Ministro o ofício nº 146 para solicitar o

apoio na aprovação do projeto que cria Varas e Cargos na Justiça do Trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei criando 01 cargo de Juiz de Tribunal, 12 Varas do Trabalho e respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto, 22 cargos de provimento efetivo e 12 cargos em Comissão CJ-3 no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. O projeto recebeu na Casa Legislativa o n. 7574/2010, e encontra-se na CFT aguardando votação.

Multa da AMMA inviabiliza realização de atividades no espaço social do Sinjufego

O Sinjufego foi autuado, no dia 10 de novembro corrente ano, pela AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente, por meio do Auto de Infração nº 8271, em razão de realização de evento em sua sede na qual foi constatada “poluição sonora em níveis tais que podem resultar em danos à saúde humana, violando ainda o artigo 49, § 3º e 47, caput, da LCM n.º 014/92”. Os dispositivos legais citados estabelecem a exigência de licença ambiental e impõem limites de decibéis produzi-

dos por aparelhos sonoros. A multa aplicada foi no valor de R\$ 5.000,00.

O sindicato decidiu então, com base nas notificações, suspender novas reservas, mas manteve as já agendadas, em razão de que os eventos haviam sido efetivados na gestão anterior, e que muitos servidores contavam com a realização de seus eventos.

Porém, diante da multa recentemente aplicada, em valor tal que compromete inclusive as finanças da entidade, o Sinjufego decidiu

cancelar todos os eventos, incluindo aqueles que já haviam sido agendados na gestão anterior, como medida de preservação do patrimônio do sindicato, até que sejam devidamente regularizadas todas as situações apontadas pela AMMA, e evitar a reincidência, com a aplicação de multa.

O sindicato está adotando as providências necessárias para que a questão seja solucionada o mais rapidamente possível, para tanto, conta com a compreensão de todos os filiados.